

O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade?

José Antonio Fialho Alonso*

Economista da FEE.

Resumo

Neste artigo, estudam-se as mudanças no cenário regional do Rio Grande do Sul, nos anos 90. O objetivo central é avaliar como as mudanças ocorridas nas dinâmicas nacional e internacional afetaram a configuração espacial da produção gaúcha nessa década. Teria havido convergência ou mais desigualdades inter-regionais de renda no Estado? A análise privilegiou duas dimensões territoriais. De um lado, as três macrorregiões (Sul, Norte e Nordeste) do Rio Grande do Sul. De outro, trabalhou-se com as Aglomerações do Sul e do Nordeste, com a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e com a Região Perimetropolitana de Porto Alegre (RPPA). Nas duas dimensões, observaram-se uma ampliação das desigualdades regionais e também uma retomada do processo de concentração industrial na Região Metropolitana, permitindo antever dificuldades socioeconômicas para essa área do Estado.

Palavras-chave

Desenvolvimento regional; desigualdades regionais; economia regional e urbana.

Abstract

This paper presents the findings of a study of the South, North and Northeastern regions of the State of Rio Grande do Sul on the one hand, and of urban agglomerations in the South and the Northeastern, "vis-à-vis" the Perimetropolitan

* O autor agradece a leitura atenta, as críticas e as sugestões dos Economistas Ricardo Brinco e Carlos Águedo Paiva, isentando-os dos equívocos remanescentes. A organização das informações foi realizada pelo estagiário Rafael Amaral, a quem agradece a dedicação.

and the Greater Porto Alegre regions in the 90's. The research question was to find out if the state production in the last decade had deepened or evened out the income gap among the regions studied. The findings point to a heavy concentration of industries around the capital city of Porto Alegre on the one hand and to a greater income regional differences on the other. Such findings allow the author to predict socio-economical difficulties for the Greater Porto Alegre region.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 12.09.03.**

A questão das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul é um tema que tem ocupado espaço crescente na agenda política do Estado. É possível que, além do histórico quadro de disparidades regionais existentes em nosso meio, a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)¹, em meados dos anos 90, e a proposta, felizmente frustrada, de criação do Estado de Piratini na porção Sul do Estado (Bandeira, 2003, p. 520) tenham contribuído de forma importante para a conscientização da questão regional, não só na metrópole, mas também em muitos lugares do interior do Estado. Tal aumento de interesse no campo político não tem tido contrapartida equivalente na área acadêmica, o que dificulta, sobremaneira, a compreensão dessa problemática, dado que vários aspectos que envolvem o tema das disparidades estão encobertos ou são conhecidos apenas superficialmente, dificultando não só o debate, mas também a formulação de políticas nesse campo.

As duas últimas décadas do século passado, em especial os anos 90, reuniram muitas particularidades, mas o mais relevante é, negavelmente, o conjunto de transformações econômicas e sociais que vêm ocorrendo no capitalismo mundial, com reflexos diretos e diferenciados nas mais diversas regiões do globo. Obviamente, o Brasil vem incorporando os efeitos da reestruturação internacional em sua dinâmica econômica desde o final dos anos 70. Além disso, nesse tempo, o País adotou, com muita ênfase, um conjunto de princípios e propostas para a superação da crise gestado nos países centrais, principalmente nos EUA e na Inglaterra, sob a égide do Consenso de Washington. Tais formulações, de certa forma dogmáticas, passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro, em especial ao longo da década de 90, tendo representado um papel central

¹ Os Coredes foram criados pela Lei nº 10.283, de 17.10.1994 (Coredes, 1999).

na política econômica da União Federal e sendo imediatamente repassadas aos estados brasileiros. O Rio Grande do Sul teve uma “rica” (?) experiência nesse sentido.

Na economia brasileira, as últimas duas décadas do século passado, pelo menos até 1994, foram caracterizadas por permanente instabilidade. Os anos 80 foram marcados por inflação galopante, endividamento interno/externo crescente, desemprego em alta e baixas taxas de crescimento do PIB. Isso tudo significou empobrecimento generalizado das camadas médias e aumento da exclusão social. No plano institucional, a política econômica esteve voltada a dois objetivos. De um lado, os esforços no sentido da estabilização dos preços foram todos frustrados em meio à edição sucessiva de “programas e pacotes” (Cruzado 1 e 2, Plano Bresser, Plano Verão). De outro, as energias do País eram postas a serviço da obtenção de saldos comerciais para fechar o balanço de pagamentos a cada final de ano. Pelo menos parcialmente, o Rio Grande do Sul foi beneficiado com os grandes estímulos às exportações concedidos nesse período.

No final dos anos 80, as expectativas eram positivas, imaginando-se que a década seguinte, de alguma forma, seria promissora, pois o País recuperara a “plena” democracia e havia promulgado uma nova Constituição. Todavia a situação da economia brasileira estava estruturalmente deteriorada, dado que o volume de investimentos, públicos e privados, foi muito escasso na década anterior, o mesmo ocorrendo com a absorção de novas tecnologias. Portanto, no limiar dos anos 90, a economia brasileira encontrava-se muito fragilizada do ponto de vista dos fundamentos para o seu crescimento.

O debate, à época, tanto na academia quanto no meio político, estava focado na questão de como encaminhar o País para a recuperação econômica e social com estabilidade. Predominaram as propostas de corte “neoliberal”, consideradas por seus defensores idéias “modernizantes”, que se contrapunham ao “atraso” das demais posições. Pode-se considerar que essas idéias “venceram”, na medida em que presidiram crescentemente a política econômica e os rumos adotados. Assim sendo, nos primeiros anos da década de 90, a política econômica estava baseada em dois pilares: a abertura comercial e a redução do tamanho do Estado. Esses dois componentes representaram precondições para a formulação, em 1994, do Plano Real, que incorporou o terceiro pilar, não menos importante: a âncora cambial. Portanto, os anos seguintes até 1998 foram marcados pela consolidação da exposição do País à selvagem concorrência internacional, por um vigoroso processo de venda de ativos estatais e pela manutenção, por longo período, de uma taxa cambial irreal, falsa. Inegavelmente, a inflação crônica foi debelada, o componente inercial foi removido, e os preços mantiveram-se baixos até o fim da década. Todavia, o

preço pago pela sociedade brasileira foi e está sendo elevado até hoje, e o será por vários anos ainda. As taxas de crescimento do produto apresentaram tendência cadente e em níveis que podem ser considerados medíocres face às necessidades do País. O desemprego, que já era elevado, praticamente dobrou em algumas regiões metropolitanas, no período 1994-99. Em janeiro de 1999, o Plano Real ruiu em sua concepção original, não sendo mais possível manter o câmbio artificialmente apreciado como nos cinco anos anteriores. O câmbio sobrevalorizado representava uma das principais restrições ao crescimento, principalmente através das exportações. Portanto, a maxidesvalorização estabeleceu, em alguma medida, um espaço para o crescimento econômico, em especial nas regiões cujas economias dispunham de maior abertura para o Exterior.

A economia do Rio Grande do Sul sempre esteve integrada à economia brasileira, em especial à do Sudeste do País. Esteve também, historicamente, articulada ao mercado internacional, porque dispõe de um dinâmico segmento exportador. Nesse sentido, foi duplamente beneficiada pela nova situação: de um lado, houve a possibilidade de retomada das vendas ao Exterior, beneficiada pelo câmbio mais favorável; de outro, a possibilidade de uma articulação maior com o resto do Brasil, em especial com o eixo SP-RJ-MG, que também passou a operar sem as amarras da situação anterior. Afinal, uma taxa de câmbio mais realista acaba sendo uma barreira para a importação de bens que podem ser produzidos internamente, de forma competitiva.

Na verdade, o Plano Real representou, nos anos 90, um divisor de águas para o desempenho da economia do Rio Grande do Sul. Esse fato é demonstrado pelas taxas de crescimento do produto do Estado quando comparadas com as do País.

Observa-se a ocorrência de duas inversões no comportamento das taxas relativas ao País e ao Estado em apenas uma década. As inflexões ocorrem, justamente, no início da implementação do Plano de Estabilização (1994) e no final de sua fase de concepção original (1998). As condições adversas para a economia gaúcha somente começaram a mudar a partir da maxidesvalorização (jan./99). Pelo menos, as condições externas passaram a ser mais favoráveis, permitindo que o segmento exportador vislumbrasse possibilidades de resgate de parcelas perdidas de mercado, principalmente devido ao câmbio apreciado.²

² A desvalorização cambial não devolveu, nem automática nem imediatamente, a competitividade às exportações do Estado (e do Brasil). Alguns países parceiros comerciais, como a Argentina, tiveram suas condições econômicas agravadas com a mudança do câmbio brasileiro, diminuindo suas compras e, até mesmo, descumprindo quotas estabelecidas em acordos de comércio. A reação das exportações somente passou a ser percebida com mais nitidez no final do ano e durante o ano seguinte.

Além disso, a produção para o consumo doméstico também foi favorecida em função do encarecimento das importações.

Tabela 1

Taxas médias anuais de crescimento do PIB do
Rio Grande do Sul e do Brasil — 1990-01

	(%)	
PERÍODO	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL
1990-93	1,78	5,48
1994-98	2,56	0,17
1999-01	2,88	3,77

FONTE: FEE.

IBGE.

Há uma questão central a ser estudada e respondida neste texto, qual seja, a do que teria ocorrido com a distribuição espacial da produção nas diferentes regiões do Estado. Ou, dito de outra forma, como esse conjunto de transformações, fora e dentro do País, que resultou em uma sucessão de resultados insatisfatórios, afetou o desempenho econômico das regiões no Rio Grande do Sul? Infelizmente não será possível realizar uma análise exaustiva de todas as regiões e/ou recortes regionais do Estado no âmbito deste artigo. Nesse sentido, optou-se por examinar o desempenho das três macrorregiões (Sul, Norte e Nordeste)³ num primeiro momento, passando, a seguir, à análise daquelas áreas que sediam as atividades mais representativas da economia gaúcha em termos de produto e emprego, como a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)⁴, a Região Perimetropolitana de

³ Essa divisão regional foi estabelecida para estudar o crescimento sub-regional de longo prazo no Rio Grande do Sul a partir de um critério de "homogeneidade histórica". Uma explicação metodológica sobre essa divisão regional pode ser encontrada na Parte IV de Alonso, Bandeira e Benetti (1994).

⁴ A RMPA, em 2001, último ano da série deste estudo, era constituída por 36 municípios, sendo 31 deles instituídos legalmente (14 por legislação federal e 17 por legislação estadual a partir de 1989). Fazem parte ainda da configuração da RMPA utilizada neste trabalho os municípios de Mariana Pimentel e Sertão Santana (desmembrados de Guaíba), Lindolfo Collor e Presidente Lucena (desmembrados de Ivoti) e Morro Rêuter (desmembrado de Dois Irmãos).

Porto Alegre (RPPA)⁵, a Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e, por fim, a Aglomeração Urbana do Sul (Ausul)⁶. As informações utilizadas neste estudo são: PIB total e setorial, por município, calculados pela FEE; número de empregos formais da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Previdência Social (RAIS-MTPS); e valor das saídas, da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

1 - A distribuição do crescimento macrorregional no Rio Grande do Sul

Diversos estudos⁷ têm demonstrado, ao longo do tempo, os persistentes desequilíbrios regionais no Rio Grande do Sul. Trata-se de um processo secular, com tendência persistente ao agravamento, qualquer que seja a dimensão ou a divisão regional utilizada. Como nunca houve política regional que objetivasse, com seriedade e consistência, a redução das desigualdades regionais no Estado e o mercado é incapaz de reverter esse quadro, exceto em situações excepcionais, o que observamos é a persistência de tais desníveis, seja em fases de expansão econômica, seja em períodos de crise. Nos anos 90, não foi diferente para as três grandes formações regionais do Estado (Regiões Norte, Sul e Nordeste).

Na Tabela 2, mostra-se uma tendência declinante na participação da Região Sul no PIB do Rio Grande do Sul, até alcançar a posição mais baixa em

Esses municípios têm origem territorial em áreas que já faziam parte da RMPA legal, mas que deixaram de ser parte do aglomerado metropolitano ao se desmembrarem. Do ponto de vista da economia metropolitana, julgamos que os mesmos estão vinculados agora, tanto quanto antes, ao conjunto da RMPA.

⁵ A noção de Região Perimetropolitana foi extraída de **Rio Grande do Sul** (1974). Obviamente, foram feitos ajustes, principalmente em decorrência das emancipações ocorridas nas últimas décadas e de municípios que, ao longo do tempo, ingressaram na RMPA legal e que, originalmente, faziam parte da Região Perimetropolitana. Trata-se de um recorte que circunda parcialmente a RMPA e representa uma área de transição entre esta formação e o Aglomerado Urbano do Nordeste, sendo, portanto, uma área de expansão dessas duas aglomerações. Em 1974, esse recorte contava com 42 municípios e, em 2001, com 53.

⁶ Nos casos das Aglomerações Urbanas do Nordeste (LC nº 10.335/94) e do Sul (LC nº 9.184/90), serão utilizadas as configurações legais em vigor, acrescidas dos novos municípios, cuja origem territorial estava em áreas das respectivas aglomerações.

⁷ Alonso (1984); Alonso e Bandeira (1990); Alonso, Bandeira e Benetti (1994); Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1998); e Bandeira (2003).

2000, com 17,20%,⁸ enquanto o Norte manteve a sua marca em torno de 27,5%, e o Nordeste, apesar das perdas verificadas entre 1990 e 1998, recuperou a posição inicial, alcançando 54,53% do produto total do Estado em 2001.

Tabela 2

Participação relativa das macrorregiões no PIB do
Rio Grande do Sul — 1990-2001

ANOS	REGIÃO NORTE	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO SUL	TOTAL
1990	25,89	54,87	19,24	100
1996	28,87	52,27	18,86	100
1997	28,38	53,12	18,50	100
1998	28,56	52,08	19,36	100
1999	27,98	53,11	18,91	100
2000	26,42	56,38	17,20	100
2001	27,72	54,53	17,75	100

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

A **Região Sul**, também conhecida como “Metade Sul”, manteve, ao longo da sua história, uma estrutura produtiva especializada em muito poucos produtos — na verdade, apenas dois. No passado, carne bovina e lã. Nos últimos 60 anos, estruturou-se, predominantemente, com base em duas cadeias produtivas: a do arroz, que, de certa forma, substituiu a da lã, e a da bovinocultura, ambas responsáveis pela geração de grande parte da renda da agropecuária regional. Há, ainda, uma terceira cadeia, a da fruticultura, em Pelotas, muito menos importante do ponto de vista macrorregional, mas relevante do ponto de vista local.

O desempenho da economia da Metade Sul depende, fundamentalmente, do dinamismo da agropecuária regional (em torno de 25% do total produzido provêm, exclusivamente, do campo). A região continuou passando por um per-

⁸ Lembre-se que, em 1939, a Região Sul gerava 38,33% do PIB gaúcho (Bandeira, 2003, p. 534).

sistente processo de desindustrialização relativa, tendo sua participação no produto industrial do Estado baixado de 12,81% em 1990 para 9,60% em 2001.⁹ Em algumas áreas da região, constata-se, inclusive, um processo de desindustrialização absoluta, como é o caso das cidades da chamada Campanha e da Fronteira Oeste. Na esteira desse declínio, obviamente, os demais setores são atingidos negativamente. Assim, o comércio teve os efeitos da crise regional refletidos em seus indicadores econômicos, tendo reduzido sua participação no PIB comercial do Estado de 18,62% para 15,07% no período 1990-01. Essa queda é um indicador inequívoco da redução do consumo na região. Vale destacar que, do ponto de vista do comércio de mercadorias, alguns municípios da Metade Sul apresentam certas peculiaridades.

Algumas cidades fronteiriças, por exemplo, em determinados momentos da sua história, tiveram seu dinamismo dado pelos movimentos do comércio local em função das posições da taxa de câmbio do Brasil com relação aos países limítrofes, Uruguai e Argentina, e também das políticas praticadas por esses países para o comércio de fronteira. Os anos 90 foram dramáticos para o comércio dos municípios brasileiros na fronteira com o Uruguai, dado que este país estabeleceu, para algumas cidades (Rivera e Chuí), um regime comercial baseado na isenção fiscal para mercadorias importadas (*free shops*), em especial para bens típicos da cesta de consumo das classes média-alta e alta, deslocando uma parcela considerável da demanda por alguns bens de luxo do lado brasileiro para o uruguaio.

Essa situação perdurou até janeiro de 1999, quando o sinal foi invertido pela maxidesvalorização do real, o que significou uma recuperação episódica, nesse ano, para o comércio brasileiro nessa faixa de fronteira. No ano seguinte, o Governo uruguaio adotou medidas rígidas de controle das compras dos seus cidadãos no lado brasileiro, fazendo com que a posição relativa dessa parte da Metade Sul, no contexto do Estado, voltasse a cair novamente, configurando um aprofundamento de uma crise regional semi-secular.¹⁰ Outro local que guarda uma especificidade é Santa Maria, que tem sua economia altamente terciarizada, tendo em torno de 83% do PIB originado nesse setor. Grande parte do Terciário

⁹ Para uma região que chegou a gerar 34,57% de toda a produção industrial do Rio Grande do Sul em 1939, alcançar uma participação de 9,6% em 2001 é revelador da perda acentuada de dinamismo do seu parque industrial na segunda metade do século XX. As principais causas dessa derrocada, certamente, não estão localizadas no plano externo à região, mas, sim, em aspectos estruturais de natureza interna. Não há, igualmente, restrições ambientais, tal como ocorre em outras regiões deprimidas do País.

¹⁰ Os municípios que mantêm relação comercial mais direta, pela sua proximidade física, com o Uruguai são os seguintes: Santa Vitória do Palmar (mais Chuí), Jaguarão, Bagé (mais Aceguá),

dessa cidade é constituído por atividades governamentais das três esferas de governo. Isso significa que, mensalmente, há um grande ingresso líquido de renda (massa de salários) pago a residentes pelo setor público (estadual e federal). Ora, essa massa salarial, bem como outras despesas de custeio do setor público, sofreu uma notável queda real nos anos 90, por conta do corte neoliberal que caracterizou as políticas públicas durante a década,¹¹ em especial o enxugamento do setor público.

A **Região Norte**, em grande parte formada pelo planalto rio-grandense, tem apresentado desempenho diferente do da Região Sul, embora mantendo em comum o fato de sua base econômica estar calcada na agropecuária (27,6% do PIB regional provém desse setor). As semelhanças, todavia, param por aí. Além de possuir uma estrutura de propriedade da terra rural predominantemente constituída por pequenas e médias propriedades, e, talvez, até por essa razão, retomou, nos anos 80 e 90, o caminho da diversificação econômica, rearticulando pelo menos seis linhas de produção ou cadeias representadas por soja, milho, carnes suínas e de aves, laticínios e fumo.¹² Apesar de todas as dificuldades internas e externas à economia brasileira nos anos 90, os resultados obtidos foram significativamente superiores aos da Região Sul, igualmente de base agropecuária. De fato, a Região Norte manteve participações relativas no PIB estadual flutuando em torno de 27,68% (média aritmética de sete anos da década). Esse resultado global foi assegurado pelos desempenhos integrados da agropecuária e da indústria regional,¹³ dado que o setor serviços experimentou pequena queda relativa com relação ao Estado nesse período.

Santana do Livramento e Quaraí. Esses municípios, agregadamente, geravam 2,58% do PIB comercial do Rio Grande do Sul em 1990; 2,00% em 1996; 1,62% em 1998; 2,17% em 1999; 2,00% em 2000; e 1,71% em 2001.

¹¹ Em 1990, Santa Maria gerava um PIB comercial de 2,69% do comércio estadual, passando a 3,12% em 1996. Todavia, no período do auge das privatizações e do enxugamento do setor público (Administração Direta), o declínio foi constante. Nesse sentido, em 1998, a participação havia caído para 2,45%; para 2,41% em 1999; para 2,12% em 2000; e para 1,99% em 2001.

¹² Antes do “boom agrícola do milagre” (1968-80 aproximadamente), a produção primária regional caracterizava-se por um regime de policultura. Durante o milagre, especializou-se rapidamente no binômio trigo-soja, configurando uma situação de quase-monocultura. Durante a crise dos anos 80, sem o crédito barato, nem os subsídios, nem os preços mínimos dos anos 70, essa estrutura teve flexibilidade suficiente para articular o importante processo de diversificação produtiva acima referido.

¹³ A agropecuária regional produz mais da metade do PIB do setor no Estado. Em 1990, produziu 52,73% do setor no Rio Grande do Sul e, em 2001, atingiu 54,63%. A agroindústria da região acompanhou essa tendência, mas com cifras mais expressivas. Em 1990,

Três aspectos relevantes contribuíram para o avanço do setor produtivo regional da Região Norte na década de 90. O primeiro refere-se à reconversão operada pelos produtores agrícolas regionais face ao corte do apoio governamental à agricultura a partir do início dos anos 80. O segundo foi o papel de articulador exercido, junto aos produtores rurais da região, pelas cooperativas remanescentes da crise que as atingiu nos anos 80. O terceiro foi a reestruturação internacional, reproduzida e consolidada no País, nos anos 90. Tal como ocorreu em âmbito nacional, a reestruturação do agronegócio na região fez-se com base na concentração, na centralização e na desnacionalização de atividades, tanto a montante quanto a jusante da agropecuária. Os segmentos mais atingidos por esse processo foram a avicultura, os derivados do leite e do fumo e as máquinas e implementos agrícolas.¹⁴

A **Região Nordeste** reveste-se de características bem distintas das demais macrorregiões do ponto de vista da estrutura econômica. Apenas 3,50% (em 2001) da sua produção é de origem agropecuária, sendo o restante (96,50%) gerado pela indústria e pelos serviços, atividades tipicamente urbanas. Outra característica que a distingue do resto do Estado procede do fato de mais da metade do seu PIB (51,57% em 2001) ser industrial.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, é a área que acumulou maior volume de investimentos em geral ao longo do século XX, mas especialmente na sua segunda metade, assegurando-lhe a consolidação da posição de região mais desenvolvida do Estado. Corrobora essa afirmação o fato de estarem aí concentrados 70% (em 2001) do parque industrial gaúcho, 61% (em 2001) de todo o movimento comercial e, ainda, mais da metade da oferta dos demais serviços do Rio Grande do Sul. Tal volume de atividades econômicas e de infraestrutura, aglomerado numa extensão territorial equivalente a 9,7% do total do Estado, exerce uma forte atração em relação não só aos capitais, mas também à população em busca de melhores condições de vida. Nesse sentido, o movi-

contribuía com 17,24% do PIB industrial do Estado e, em 2001, com 20,06%. Os principais gêneros industriais são: produtos alimentares (carnes de aves e suínas, soja e lácteos), mecânica (máquinas e implementos agrícolas) e fumo. Embora os dois primeiros ramos tenham localização dispersa na região, deve-se destacar que uma parte desses três gêneros, tendencialmente, vem se localizando a oeste e próximo da RMPA. Dos 20,06% de participação relativa da indústria regional, 8,44% são produzidos em apenas sete municípios localizados nas proximidades da RMPA (Estrela, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Taquari, Teutônia, Venâncio Aires e Vera Cruz), constituindo, em alguma medida, uma extensão do seu campo aglomerativo.

¹⁴ Sobre a reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90, ver Benetti (2000).

mento migratório entre as três macrorregiões apresenta saldo positivo somente na Região Nordeste, apresentando-se negativo nas demais.¹⁵

Outra característica peculiar da Região Nordeste refere-se à sua territorialidade, na medida em que reúne, pelo menos, duas dimensões aglomerativas, uma de caráter metropolitano (RMPA) e outra, ainda, não metropolitana (AUNE). Essas áreas são, inegavelmente, as mais dinâmicas da economia gaúcha. Há, ainda, uma extensa área situada entre esses dois aglomerados, denominada Região Perimetropolitana, cuja dinâmica espacial depende, fundamentalmente, do desempenho dos dois aglomerados anteriormente citados.¹⁶

As mudanças estabelecidas pela política econômica do País (abertura comercial, Plano Real com câmbio apreciado artificialmente e política monetária com altas taxas de juros) representaram um remédio amargo para a economia gaúcha, pelo menos até janeiro de 1999. Nesse período, o segmento industrial exportador foi duramente atingido, perdendo competitividade devido ao câmbio sobrevalorizado. Grande parte desse segmento está localizada na Região Nordeste, o que levou a mesma a sofrer uma perda na participação no PIB industrial do Estado, de 69,96% em 1990 para 66,15% em 1998. A maxidesvalorização de janeiro de 1999 representou a remoção da principal restrição à expansão das exportações na época. O reflexo dessa ocorrência sobre o desempenho industrial da Região Nordeste foi a retomada do espaço perdido no contexto estadual, alcançando 67,95% em 1999, 71,81% em 2000 e 70,35% em 2001.¹⁷

¹⁵ Estimativa realizada por Bandeira (2003, p. 541) mostra que, no período 1980-91, o saldo migratório da Região Nordeste foi de 414.565 habitantes e de 153.431 habitantes entre 1991 e 1996. Apesar da tendência decrescente desse saldo, o mesmo pode ser considerado elevado.

¹⁶ Há outros recortes territoriais singulares na Região Nordeste, como o Litoral Norte e a Área Turística da Serra (Gramado, Canela e Nova Petrópolis). Esta última está incluída na RPPA. O Litoral Norte não será analisado no âmbito deste artigo devido à sua baixa participação na formação do PIB gaúcho: apenas 0,88% em 2001. Todavia merece registro devido à sua própria configuração espacial. Trata-se de um conjunto de municípios (Arroio do Sal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Osório, Torres, Tramandaí e Xangri-Lá), cujas áreas urbanas estão situadas ao longo da costa (Litoral Norte), grande parte delas conurbadas. A economia desse recorte depende, fundamentalmente, do fluxo sazonal (dezembro a fevereiro) de turismo interno. Na verdade, são cidades balneárias.

¹⁷ A queda na participação entre 2000 e 2001 foi devida, no plano externo, à desaceleração sincronizada da economia mundial, com forte retração nos EUA, desaceleração na Europa, recessão no Japão e agravamento da crise argentina (Calandro; Campos, 2002, p. 129). No plano interno, a taxa de juros interrompeu a tendência declinante do ano anterior, o câmbio deixou de se desvalorizar, e reduziu-se, significativamente, a capacidade ociosa do parque fabril do Estado. Resultado: a indústria de transformação do Rio Grande do Sul cresceu apenas 2,7% em 2001. Grande parte dos gêneros que apresentaram resultados

O Setor Terciário apresentou resultado mais consistente do que a indústria da Região Nordeste no contexto do Estado, na medida em que elevou persistentemente, sem flutuações significativas, sua participação no PIB do setor do Rio Grande do Sul, passando de 51,03% em 1990 para 53,24% em 2001. Até onde a abertura dos dados do PIB terciário permite observar, foi o comércio de mercadorias o maior responsável pelo avanço verificado por esse tipo de atividade da Região Nordeste no contexto estadual. O comércio da região elevou expressivamente sua participação no PIB do comércio do Rio Grande do Sul, de 55,93% em 1990 para 61,28% em 2001.¹⁸ Uma confirmação dessa constatação pode ser observada pelo tamanho do emprego formal (RAIS) da Região Nordeste no total do Estado. Em 2001, essa região detinha 65,8% do emprego formal urbano do Rio Grande do Sul, uma prova incontestável da grande concentração da demanda por consumo no Estado.

Com base nessas observações, que envolvem as macrorregiões Sul, Norte e Nordeste, pode-se concluir, portanto, que o quadro de desigualdades regionais no Rio Grande do Sul agravou-se nos anos 90. Numa década de taxas de crescimento modestas, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, a iniquidade macrorregional foi aprofundada, principalmente, pelo declínio persistente da Região Sul, uma tendência semi-secular.

2 - O desempenho de alguns recortes regionais notáveis no Rio Grande do Sul

O aprofundamento das disparidades regionais no Estado é revelador da ineficiência relativa dos mercados na tarefa de alocação eficiente dos recursos

negativos mais expressivos são aqueles que estão, majoritariamente, situados na Região Nordeste (química; produtos alimentares; vestuários, calçados e artefatos de tecidos; e material elétrico e de comunicações). Apresentaram desempenho positivo os gêneros material de transporte e mecânica. Ambos estão localizados predominantemente na Região Nordeste, mas a mecânica tem forte presença na Região Norte do Estado, com a produção de máquinas e implementos agrícolas. Foi justamente esse segmento o que mais cresceu em 2001, movido pela forte expansão agrícola e por um expressivo programa de crédito do BNDES, o Moderfrota. Essa expansão contribuiu para o aumento da participação relativa da Região Norte no PIB industrial do Estado, de 19,03% em 2000 para 20,06% em 2001, e para uma queda dessa participação da Região Nordeste, de 71,81% para 70,35% no mesmo período.

¹⁸ O aumento mais significativo ocorreu entre 1990 e 1996, quando a participação relativa passou de 55,93% para 59,92%. A partir daí, o avanço obedeceu a pequenas flutuações até alcançar 61,28% em 2001.

no território e de estabelecimento de processos convergentes de desenvolvimento, bem como da incapacidade governamental para mitigar, através de suas políticas, esses desequilíbrios regionais. Apesar de esclarecedoras, essas constatações encobrem alguns aspectos próprios do desenvolvimento regional, principalmente no interior dessas formações regionais. Por essa razão, convém examinar o desempenho e a configuração territorial dos recortes mais importantes dessas macrorregiões, em termos de dinamismo, sob os impactos da reestruturação e das políticas econômicas vigentes nos anos 90.¹⁹

Na Macrorregião Sul, destaca-se o conjunto de municípios que constitui a Ausul²⁰, localizada no sudeste da região. A importância dessa aglomeração, em termos de geração do produto, variou, nos anos 90, com tendência de queda relativa, acompanhando o comportamento da região como um todo. Essa tendência verificou-se não só com relação ao produto total, mas também setorialmente. A Ausul, em especial as Cidades de Pelotas e Rio Grande, sempre exerceu um papel polarizador do desenvolvimento regional, não só nas fases de expansão econômica, quando chegou, inclusive, a ser o principal centro industrial do Estado,²¹ mas também durante o longo declínio econômico e social experimentado pela região. Nos anos 90, a Ausul produziu em torno de um quarto do PIB total da macrorregião, mais de 50% do seu PIB industrial e pouco mais de um terço do comercial, tendo, inclusive, ampliado sua participação nesses dois setores, no contexto da Região Sul, nos anos 90. Cabe, no entanto, desagregar essas informações para verificar o que, de fato, ocorreu com a economia desses dois centros urbanos.

Do ponto de vista econômico, a Cidade de Pelotas foi a mais atingida pelos impactos da reestruturação, pela abertura comercial e pelo acordo do Mercosul nos anos 90. Esses fatores acabaram por reforçar, nesse período, o longo declínio econômico a que o município esteve submetido por muitas décadas. Em 1990, o município gerava 2,64% do PIB estadual, caindo para 1,70% em 2001.²² A queda ocorreu em todos os setores da economia urbana, mas o pior resultado foi observado na indústria pelotense, outrora o carro-chefe da economia do município. Esse setor representava 3,01% da produção industrial do Estado em 1990,

¹⁹ Considera-se que as políticas econômicas incorporaram, por inteiro, os freqüentes choques externos nos anos 90, que afetaram, tão diretamente, a economia brasileira.

²⁰ Essa aglomeração foi constituída inicialmente por Pelotas e Capão do Leão (LC nº 9.184, de 26.12.1990). Em dezembro de 2002, foi acrescida de Rio Grande, São José do Norte e Arroio do Padre (LC nº 271/2002).

²¹ Até, pelo menos, o final do século XIX.

²² Em 1939, essa participação era de 4,78%.

passando para 1,02% em 2001, certamente a marca mais baixa da sua história. Tal desempenho teve como contrapartida, no plano social, a perda de 50,37% dos empregos formais (RAIS) do setor,²³ queda não determinada pela modernização do parque industrial, mas, sim, pela perda pura e simples da função manufatureira que a cidade desempenhou no passado.²⁴ Nesse sentido, há sinais de que Pelotas consolida o papel de importante centro regional de comércio e serviços do sudeste do Estado.

A economia da Cidade de Rio Grande teve uma trajetória distinta da de Pelotas nos anos 90. Embora façam parte da mesma formação regional, há, no caso de Rio Grande, algum tipo de singularidade,²⁵ que lhe tem assegurado resultados distintos dos alcançados pela cidade vizinha. Na verdade, pelo menos depois de 1939, a economia de Pelotas apresentou níveis mais elevados de atividade em termos do PIB, todavia a diferença veio diminuindo até que, a partir de 1996, Rio Grande passou a ocupar a dianteira.

O que impulsionou a economia de Rio Grande nos anos 90 foi, novamente, a performance expressiva do setor industrial, que produzia 2,98% do produto industrial gaúcho em 1990 e passou para 4,08% em 2001.²⁶ Essa expansão foi calcada em dois gêneros industriais presentes há muito tempo no município, a saber, o de produtos alimentares — com destaque para a produção de óleos vegetais em bruto — e o da química — constituído por dois segmentos, o de refino de petróleo e derivados e a fabricação de fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos. O ramo dos fertilizantes teve um forte estímulo nos últimos anos desse período, integrado que esteve à notável expansão da agricultura. Cabe sublinhar que o avanço industrial de Rio Grande apenas consolidou a especialização do município na produção de produtos químicos e alimentares,

²³ Em 1990, a indústria pelotense empregava formalmente 16.320 trabalhadores (RAIS), passando para 8.100 em 2001.

²⁴ Em 1939, o parque industrial de Pelotas representava 5,97% do produto do setor manufatureiro do Rio Grande do Sul.

²⁵ Historicamente, a Cidade de Rio Grande tem sido a porta de saída e de entrada da produção do Estado. Por essa razão, dispõe de uma infra-estrutura portuária que a credencia a se integrar a todo o movimento de expansão da economia gaúcha. Na verdade, a cidade tem sido privilegiada com o aporte de investimentos, públicos e privados, toda vez que a economia do Estado necessita melhorar a circulação de suas mercadorias até o Exterior. Foi assim nos anos 70, com investimentos na modernização do próprio porto, na construção de terminais graneleiros e na melhoria dos acessos rodoviários (rodovia 392). Mais recentemente, nos anos 90, verificou-se novo movimento no sentido de modernizar o porto para atender às demandas oriundas do acordo do Mercosul, bem como do(s) projeto(s) automotivo(s) que ingressava(m) no Rio Grande do Sul.

²⁶ Em 1990, o município gerava 2,37% do PIB estadual, passando para 2,58% em 2001.

não havendo nada que aponte para o início de um processo de diversificação industrial, o que seria desejável. Esse movimento da indústria rio-grandina assegurou, pelo menos, a manutenção dos empregos formais do setor, chegando ao ano 2001 com 8.845 empregados (RAIS), praticamente o mesmo número existente em 1990.

A análise do desempenho da Ausul permite concluir que a passagem de mais uma década reproduziu, para o principal pólo de desenvolvimento da Macrorregião Sul, a mesma tendência declinante dos decênios anteriores quanto à sua importância relativa no quadro do Estado. Nesse cenário, dois aspectos devem ser destacados. De um lado, a recuperação expressiva da indústria de Rio Grande, insuficiente para compensar as perdas do resto da economia da Ausul. De outro, a acentuada desindustrialização, absoluta e relativa, de Pelotas e sua consolidação no papel típico de centro regional de comércio e serviços.²⁷

Há, ainda, outros três recortes regionais importantes a serem estudados: a RMPA, a AUNE e a RPPA.²⁸ Esses três conjuntos regionais têm características próprias, mas funcionam articuladamente entre si, com o resto do Estado e com o Exterior, constituindo o maior complexo urbano industrial do Estado. Em torno de 94% da produção dos três recortes é urbana. Além disso, em apenas 10,35% do território estadual estão concentrados 79,19% do parque industrial gaúcho, 63,32% do movimento comercial e 55,05% das atividades terciárias. Esse grau de concentração espacial aumentou nos anos 90, especialmente nos setores comercial e industrial. Qual foi, então, o desempenho de cada um desses três recortes regionais? Iniciemos com a RMPA.

Foi na RMPA que ocorreram as mudanças mais significativas observadas na década. Na área do trabalho, o aspecto mais negativo foi o aumento persistente do desemprego até 1999 pelo menos,²⁹ acompanhado de forte precarização das condições de trabalho. Mudança igualmente relevante ocorreu na trajetória espacial da indústria, na década de 90. Na segunda metade dos anos 70 e nos anos 80, havia indicativos de que se desenhava um processo de desconcentração industrial no Estado a partir de Porto Alegre (Alonso; Bandeira, 1988). Nesse

²⁷ Vinte e cinco por cento dos empregos formais (RAIS) do comércio e 28% do Setor Terciário da Macrorregião Sul estavam na Ausul, nos anos 90.

²⁸ Esses três recortes regionais são contíguos e estão localizados majoritariamente, mas não totalmente, na Macrorregião Nordeste. A RPPA ultrapassa os limites dessa macrorregião a oeste, configurando um trecho territorial contíguo à RMPA com significativa expressão econômica.

²⁹ Em 1993 (primeiro ano da pesquisa PED-RMPA), a média anual do desemprego foi de 12,2%; em 1994, 11,3%; em 1995, 10,7%; em 1996, 13,1%; em 1997, 13,4%; em 1998, 15,9%; em 1999, 19,0%; em 2000, 16,6%; e, em 2001, 14,9%.

sentido, diversos ramos industriais passaram a preferir o entorno da capital em suas escolhas por localização. Mais ainda, alguns gêneros passaram a crescer mais rapidamente fora dos limites da RMPA, reforçando o processo de desconcentração da indústria de forma ampliada. Na verdade, o que se processava no Rio Grande do Sul nada mais era do que a reprodução do que vinha ocorrendo em nível de Brasil.³⁰

A queda relativa da participação da indústria metropolitana no total do produto do parque industrial gaúcho, nos anos 90, ocorreu até, aproximadamente, 1998, tendo, a partir daí, havido uma inflexão nessa tendência. Os anos 1999, 2000 e 2001 atestam, cabalmente, uma clara tendência à reconcentração industrial na RMPA.³¹ A retomada do processo de concentração espacial da indústria ocorreu com maior intensidade em apenas três municípios, dois deles (Canoas e Gravataí) localizados em áreas bastante críticas do ponto de vista da aglomeração de atividades. O terceiro é Triunfo, que sedia o Complexo Petroquímico do Sul. Esses três municípios, em conjunto, representavam 18,57% do PIB industrial do Estado em 1990, passando a 23,28% em 2001.³²

As redefinições espaciais da indústria na RMPA contemplam também o recuo de centros manufatureiros tradicionais como Porto Alegre, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Em conjunto, esses três municípios geravam 16,55% da produção manufatureira gaúcha em 1990, diminuindo para a 12,19% em 2001. Na verdade, essa tendência não é recente. Sinais evidentes de desindustrialização relativa já haviam sido constatados, a partir de 1970, em Porto Alegre (Alonso; Bandeira, 1988) e, desde os anos 80, nos casos de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Simultaneamente, os três centros vêm assumindo, progressivamente, o papel de cidades “terciárias”,³³ sendo esta uma tendência revelada nos anos 90. Na origem dessas mudanças, estão os altos preços da terra urbana e os custos generalizados de congestionamento, que decorrem de excessiva aglomeração de atividades em limitados recortes territoriais.

³⁰ Sobre a desconcentração industrial brasileira, ver Diniz e Lemos (1986), Azoni (1986) e Diniz (1993).

³¹ A RMPA gerava 47,91% do PIB industrial do Rio Grande do Sul em 1998; em 1999, 50,67%; em 2000, 54,70%; e, em 2001, 54,10%.

³² Certamente, esse avanço foi decorrente dos novos investimentos realizados na expansão da indústria química em Canoas (Refinaria Alberto Pasqualini), em Triunfo (Pólo Petroquímico) e também em Gravataí (implantação do complexo automotivo da General Motors).

³³ Esse fato pode ser comprovado pelo tamanho das atividades de serviços na estrutura do produto local. Em Novo Hamburgo, por exemplo, o Terciário representava 33,51% do produto local em 1985; em 1990, 40,64%; e, em 2001, 44,62%. Já em São Leopoldo, nos mesmos anos, os serviços representavam 32,67%, 37,14% e 55,04% respectivamente.

A mobilidade espacial das atividades econômicas urbanas (indústria mais serviços), que reflete tanto o processo de dispersão de algumas quanto o de concentração de outras, acaba por extravasar os limites da região metropolitana legal, apesar dos repetidos redimensionamentos territoriais ocorridos na mesma, durante a década em estudo. Nesse sentido, o entorno da RMPA transformou-se, progressivamente, em um receptáculo de atividades, geralmente industriais, que se tornaram “quase inviáveis” nas aglomerações mais densas do perímetro metropolitano. Com efeito, quando precisam expandir suas plantas, as empresas buscam alternativas em áreas próximas à metrópole, para não perder o vínculo com algumas externalidades positivas da mesma e, ao mesmo tempo, para reduzir custos. O entorno da mesma é a RPPA.

No seu todo, esse recorte regional manteve, praticamente, sua participação na formação do PIB estadual em torno de 9% ao longo da década de 90. Todavia a RPPA apresenta algumas especificidades em pelo menos duas áreas. A primeira é constituída pelos Municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, que muitos consideram o principal eixo turístico do Estado, devido à desenvolvida infra-estrutura turística ali existente. A segunda área está localizada a oeste da RPPA, sendo constituída por oito municípios,³⁴ em certa medida contíguos e que receberam, nas últimas décadas, investimentos industriais que, no passado, tenderiam a dirigir-se à RMPA. Na verdade, parece tratar-se de uma extensão do campo aglomerativo da RMPA. Esse conjunto de municípios representava 8,69% da produção industrial do Estado em 2001, 6,64% em 1985 e 8,27% em 1990.

Tais resultados são puxados pela indústria do fumo, localizada, predominantemente, em três municípios: Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Na verdade, a indústria fumageira é, historicamente, ligada a essa região, em especial a Santa Cruz do Sul. A reestruturação procedida nesse ramo industrial, nos anos 90, foi marcada por grandes investimentos realizados por empresas multinacionais do setor em plantas novas e no reforço dos vínculos com o mercado externo. A indústria de produtos alimentares exerceu, igualmente, um papel importante na formação dos resultados obtidos por esse conjunto de municípios. Desde a década anterior, essa área da RPPA foi receptora de parte da cadeia coureiro-calçadista³⁵, que, já nos anos 80, se “desprendia” dos municípios do Vale do Sinos em busca de mão-de-obra barata e de outros custos menores nas imediações da RMPA.

³⁴ Os municípios são os seguintes: Estrela, Lajeado, Roca Sales, Santa Cruz do Sul, Taquari, Teutônia, Venâncio Aires e Vera Cruz.

³⁵ Estamos nos referindo, especialmente, às atividades compreendidas pelos gêneros “couros, peles e similares” e “vestuário, calçados e artefatos de tecidos”.

A AUNE e a RMPA constituem as duas regiões mais dinâmicas do Rio Grande do Sul. Na década de 90, a AUNE praticamente manteve sua posição relativa na formação do PIB estadual em torno de 9%. Do ponto de vista setorial, a única modificação importante registrou-se na agropecuária regional, com o aumento da participação no produto agropecuário estadual de 3,96% para 5,38% entre 1990 e 2001. Em 1985, essa participação era de 2,59%, o que marca 16 anos de crescimento acima da média da agropecuária do Estado.³⁶ Os segmentos que mais contribuíram para a consolidação dessa tendência foram, na produção de origem animal, a suinocultura e a avicultura (galinhas e ovos). A lavoura teve três destaques especiais, sendo o primeiro a produção de alho, que passou de 2.991 toneladas em 1990 (32% da produção estadual) para 13.784 toneladas em 2001 (56% do total do Estado). Na fruticultura regional, dois produtos fizeram diferença significativa na década, comparativamente à produção total do Estado. De fato, a participação relativa na produção de pêssego passou de 10,54% em 1990 para 25,50% em 2001, e, no caso do caqui, evoluiu de 15,93% em 1990 para 36,19% em 2001. O setor industrial, por sua vez, é o carro-chefe da economia regional, tendo realizado — já a partir do final dos anos 80 e durante a década seguinte — um intenso movimento de ajuste estrutural, o que lhe garantiu a continuidade da inserção favorável na acirrada concorrência global.

3 - Considerações finais

As repercussões territoriais das mudanças econômicas ocorridas, nos anos 90, no Rio Grande do Sul acabaram por confirmar algumas constatações e previsões realizadas anteriormente, no sentido de que as disparidades regionais tenderiam a se agravar, se nenhuma providência fosse estabelecida com a finalidade de mitigar a tendência divergente dos padrões de renda regional no Estado. Em termos de política regional, pouco ou nada foi feito na década de 90. Apenas algumas intervenções pontuais foram realizadas, tendo sido este o caso do Programa Reconvertsul (linha de crédito do BNDES para empreendimentos da Metade Sul), sendo elas impotentes, todavia, para iniciar e sustentar um movimento de recuperação da renda regional.

³⁶ Essa marca da agropecuária regional foi obtida mediante a diversificação do perfil de produtos e do aumento de produtividade em geral. Considere-se que a AUNE representa apenas 1,36% do território gaúcho e que boa parte das áreas destinadas ao setor são impróprias ou inadequadas para os diversos cultivos ou criações, devido ao fato de a topografia ser muito acidentada.

Sem política, ou com uma política regional insuficiente para romper o círculo vicioso das disparidades no Rio Grande do Sul, os resultados da análise do desempenho das macrorregiões apontam um alargamento dos diferenciais de renda entre a Região Sul (Metade Sul) e as demais (Regiões Norte e Nordeste). Mais ainda, a Metade Sul perdeu participação no PIB estadual em todos os setores. Não é uma tendência nova. É antiga, semi-secular, apenas agravada entre 1990 e 2001 pelo ajuste estrutural a que foi submetida a economia brasileira. A Macrorregião Norte, por seu turno, apresentou crescimento acima da média do Estado tanto na agropecuária quanto na indústria, e a Macrorregião Nordeste somente apresentou expansão na agropecuária.

A iniquidade regional gaúcha não se esgota nessa dimensão regional. Ao contrário, quanto mais desagregadamente analisarmos as disparidades, mais nítido fica o cenário desigual que caracteriza a economia do Estado. Nesse sentido, tomando quatro recortes regionais (RMPA, RPPA, AUNE e Ausul), observa-se a mesma tendência e também outros aspectos das desigualdades regionais, como, por exemplo, a questão da concentração geográfica da produção industrial e dos serviços e todas as implicações econômicas que daí advêm.

As análises do tema da concentração espacial das atividades (uma das faces das disparidades regionais) urbanas realizadas com informações até 1998 não revelavam com clareza um movimento de inflexão do processo de desconcentração produtiva no Rio Grande do Sul. Todavia, examinando a relação dos novos investimentos industriais, em especial os incentivados pelo Governo, observava-se uma nítida opção locacional dos grandes empreendimentos no interior do complexo metropolitano. Era o prenúncio de um movimento de reconcentração urbano-industrial no Estado. A produção industrial da RMPA, que havia perdido peso no total do Estado — de 51,26% em 1990 para 47,55% em 1997 —, passou a crescer no período posterior, até atingir 54,1% em 2001. A mesma tendência ocorreu com o comércio de mercadorias da região. Fica evidente, sob essa ótica, um agravamento do quadro de disparidades regionais no Rio Grande do Sul. Os sinais de convergência apontados por algumas análises — até 1980-85 para o Brasil e até 1997 para o Rio Grande do Sul — não se confirmaram nos anos seguintes. Ao contrário, ao final do século XX, o que presenciamos não foi a continuidade da convergência, mas, sim, uma ampliação das desigualdades regionais de renda.

Referências

ALONSO, J. A. F. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 253-293, 2001.

ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S.; BENETTI, M. D. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.

ARAUJO, T. B. Brasil nos anos 90: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife: ANPUR, n. 2, p. 9-24, 2000.

AZONI, C. A. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: USP: IPE, 1986.

BANDEIRA, P. S. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

BENETTI, M. D. (Coord.). **Agribusiness**: Projeto RS 2010 realizando o futuro. Porto Alegre: SCP, 1998.

BENETTI, M. D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: FLIGENSPAN, F. B. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 63-116.

CALANDRO, M. L.; CAMPOS, S. H. O desempenho da indústria em 2001: uma trajetória de desaceleração. In: As contas regionais e o desempenho da economia gaúcha em 2001. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 129-151, 2002.

CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL **Pró-RS**: estratégias regionais pró-desenvolvimento do RS/LAJEADO. [S. l.]: Fates, 1999.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 8, n. 2, p. 32-42, fev. 1986. Número Especial.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

GARCIA, A. A. O comércio exterior do RS em 2001. In: As contas regionais e o desempenho da economia gaúcha em 2001. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 94-128, 2002.

INFORME PED. Porto Alegre: FEE, v. 11, jan. 2003. Número Especial.

PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

RELATÓRIO ANUAL 2001. [S. l.]: Empresa de Petróleo Ipiranga, 2002.

RELATÓRIO DE ESTATÍSTICAS DO VALOR ADICIONADO SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda, 1991. T. 5-6.

RENDA interna municipal RS: 1939-1980. Porto Alegre: FEE, 1986. 356p.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas. **Proposição de organização territorial do Estado para fins de programação regional e urbana**. Porto Alegre, 1974.

UMA HISTÓRIA de realizações: 60 anos. [S. l.]: Empresas de Petróleo Ipiranga, 1997.